

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9227 | Salvador, terça-feira, 16.12.2025

Presidente em exercício Elder Perez



RESISTÊNCIA NACIONAL

Dosimetria é mais um golpe

A expressiva participação do povo nos protestos de domingo, apesar da convocação de última hora, deixa evidente que a sociedade brasileira repudia o projeto

MANOEL PORTO

da dosimetria, outra manobra para garantir impunidade aos golpistas. Resta saber se o Senado vai respeitar a vontade popular expressa nas ruas ou se manter ao lado dos que violam a Constituição, desprezam a democracia e a República. Página 3

Em Salvador, milhares de pessoas ocuparam a Barra, em protesto ao PL que alivia a pena para golpistas e a violência contra a mulher



Um verdadeiro desastre para o trabalhador

Prática é caracterizada pela repetição e intenção de constranger ou isolar

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

O MOVIMENTO sindical, inclusive o Sindicato da Bahia, defende que o ambiente laboral deve ser um espaço de respeito, cooperação e crescimento. Porem, são mais comuns do que deveriam ser, comportamentos inadequados e problemáticos nos locais de trabalho, como



nas agências, em meio à pressão por resultados e incentivo exagerado à competitividade.

Saber identificar comportamentos problemáticos é importante para ajudar a combater e coibir as práticas. O assédio moral é caracterizado pela repetição e intenção de constranger, desestabilizar ou isolar. Críticas públicas, exclusão deliberada, exposição indevida e gritos são exemplos de atitudes reprováveis, mas muito presentes no ambiente de trabalho.

São, em muitos casos, retornos desproporcionais ou condutas inapropriadas disfarçadas de brincadeiras que geram impactos emocionais no trabalhador. O funcionário deve atentar para os sinais e, se possível, guardar provas para denunciar.

De acordo com TST (Tribunal Superior do Trabalho), entre 2020 e 2024, foram registrados mais de 450 mil processos envolvendo assédio moral e pedidos de indenização por danos morais decorrentes da prática.



No Santander, atenção à marcação do ponto

O SANTANDER anunciou como será o funcionamento interno nos dias durante as festas de fim de ano. De acordo com o banco, nos dias 24 e 31 de dezembro a jornada será encerrada ao meio-dia. Ao registrar o ponto eletrônico nessas datas, a orientação é selecionar a opção *Outros Abonos* e, no campo de justificativa, escrever *Expediente final do ano*.

O banco destaca também que, caso algum empregado precise ultrapassar quatro horas de trabalho, será obrigatória a realização do intervalo. Para quem combinar previamente com o gestor a ausência nos dias 24 e 31, o procedimento é diferente. A recomendação é utilizar a opção *Desmembrar* no ponto e seguir estas regras:

até 12h justificar como *Horas Compensadas* e após 12h: justificar como *Outros Abonos*.

O público também deve ficar atento aos horários de funcionamento definidos pelo Banco Central e pela Fenaban para o período de Natal e Ano-Novo. No dia 24 de dezembro, nos estados com horário igual ao de Brasília será das 9h às 11h. Já os estados com 1 hora de diferença, o atendimento será 8h às 10h (local) ou 9h às 11h (Brasília) e nos estados com 2 horas de diferença, 8h às 10h (local) ou 10h às 12h (Brasília).

Já no dia 31, como acontece tradicionalmente, não haverá atendimento ao público nas agências. As equipes deverão manter apenas as rotinas internas necessárias.

BNB impulsiona produção sustentável

OS PRODUTORES rurais do Nordeste passam a ter acesso a condições especiais para investir em sustentabilidade, com as novas vantagens implementadas pelo BNB. A instituição reforça o incentivo a práticas como ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta), recuperação de áreas degradadas e técnicas de fixação de nitrogênio no solo, que agora garantem juros reduzidos.

As operações que incorporam práticas sustentáveis podem ter

diminuição de até dois pontos percentuais nas taxas de financiamento. Os benefícios variam



conforme o tipo de investimento e se destacam na linha FNE Verde ABC, direcionada exclusivamente a projetos de Agricultura de Baixo Carbono.

Na ILPF, por exemplo, o financiamento já parte de taxas menores, estimulando agricultores a adotarem sistemas integrados, recuperarem áreas

exauridas e fortalecerem a fertilidade natural do solo. O modelo sustentável demonstra capacidade de aumentar produtividade e reduzir impactos ambientais.

A iniciativa representa um passo relevante diante do prejuízo gerado pelo agronegócio com a emissão de gases poluentes. Medidas que impulsionam a transição ecológica, especialmente quando partem de um banco público, confrontam a lógica ultraliberal.

A rua diz não à dosimetria

Cartazes e faixas exigiam sem anistia para os golpistas

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br

MILHARES de pessoas foram às ruas em todo o país, no domingo, para denunciar a tentativa escandalosa do Congresso de anistiar os golpistas do 8 de janeiro de 2023, o marco temporal, instrumento de expropriação e genocídio indígena, e o avanço sistemático da violência contra as mulheres. Em Salvador, a orla da Barra foi ocupada pela resistência popular, transformando-se em trincheira de luta e denúncia.

Faixas e cartazes exigiram punição exemplar aos responsáveis pelos ataques à democracia



Ato nacional contra o projeto de lei leva milhares às ruas e infla rejeição ao Congresso, o mais reacionário da história

cia e escancararam a captura do Estado por interesses privados, que operam para garantir privilégios, blindar criminosos e aprofundar a exploração do trabalhador. O grito coletivo de "Mulheres Vivas" ecoou como

enfrentamento direto a uma política que naturaliza o feminicídio, legitima a transfobia e sustenta a violência como método de controle social.

As mobilizações reafirmam que a luta é indivisível. É pela



defesa da democracia real, da vida e dos direitos, contra um projeto ultroliberal, autoritário e genocida da extrema direita que protege golpistas, relativiza a violência e trata corpos e existências como descartáveis.

Liberdade em queda livre

A ESCALADA da extrema direita em nível global, com o avanço de negacionismo, ataques à ciência e o projeto autocrático, com a ascensão de Trump nos EUA, Bolsonaro no Brasil, fez a liberdade de expressão perder 10% do alcance desde 2012, segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

O recuo histórico é comparável ao ambiente de exceção imposto pela Primeira Guerra Mundial. O retrocesso avança em sintonia com uma guinada reacionária nos parlamentos ao redor do planeta. Congressos são capturados por projetos autoritários, ampliam mecanismos de controle e tratam o diferente como ameaça à ordem.

A grande mídia, atravessada por interesses econômicos, ajuda a alimentar o imaginário ultraconservador, enquadrando o debate público, legitimando discursos



de medo e desviando a sociedade para soluções que acabam direitos sob o pretexto de falsa estabilidade. O jornalismo sente o impacto de forma direta e brutal. A autocensura se espalha, a violência contra repórteres cresce e a impunidade se consolida como regra política.

A omissão que mata primeiro

FEMINICIDAS

presos não ressuscitam mulheres mortas. A cada seis horas, o país perde uma mulher para a violência. O Congresso acumula pacotes punitivos como quem empilha papel, enquanto ignora que punição não antecipa socorro.



Os dados da pesquisa *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil* mostram que mais de 20 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses, e apenas uma parcela encontra apoio efetivo e contínuo.

Ano após ano, violência de gênero segue como tema dominante nas discussões sobre mulheres e população LGBTQIA+, mas permanece isolada em discursos. O país precisa de políticas de autonomia econômica, educação para igualdade, monitoramento efetivo de agressores, serviços 24h e integração entre ministérios.



A Selic não é neutra

Negros são atingidos com a elevação da taxa básica de juros

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

UM ESTUDO do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP revela que a política de juros no Brasil está longe de ser neutra. Aquilo que costuma ser tratado como “efeito colateral inevitável” tem impacto direto e desigual sobre o mercado de trabalho, especialmente para homens negros.

Entre 2012 e 2021, cada aumento de 1 ponto percentual na taxa Selic real ampliou em 1,22 ponto percentual a diferença de desemprego entre homens negros e brancos. Ou seja, juros mais altos elevam de forma desproporcional o desemprego entre trabalhadores negros.

O mecanismo é conhecido: a elevação da taxa básica encaixa o crédito, reduz o investimento produtivo e desacelera a atividade econômica. O estudo mostra que a desaceleração não afeta todos da mesma forma. Enquanto o desemprego entre homens brancos cresce, em média, apenas 0,1 ponto percentual, entre homens negros o aumento chega a 0,32 ponto percentual, mesmo após

o controle por escolaridade, distribuição populacional e diferenças regionais.

Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde a economia é mais sensível às variações da política monetária, o impacto é ainda maior: a diferença no desemprego entre homens negros e brancos chega a 1,46 ponto percentual, aponta o IBGE.

A explicação está na estrutura do mercado de trabalho. Homens negros estão concentrados em setores como construção civil e indústria, que dependem de crédito e investimento e, por isso, são mais afetados pelo aumento dos juros.

Com a Selic em 15% ao ano e juros reais próximos de 10%, o Brasil figura entre os países com a política monetária mais restritiva do mundo, mesmo com a inflação sob controle, segundo o IPCA do IBGE. O estudo da USP demonstra que essa escolha transfere renda para o sistema financeiro e distribui o desemprego de forma desigual, aprofundando desigualdades raciais. Assim, a política de juros deixa de ser apenas um instrumento de controle inflacionário e passa a atuar como um fator ativo de reprodução das desigualdades sociais no país.



Selic alta atinge de forma desproporcional o desemprego entre os negros



SAQUE

Rogaciano Medeiros

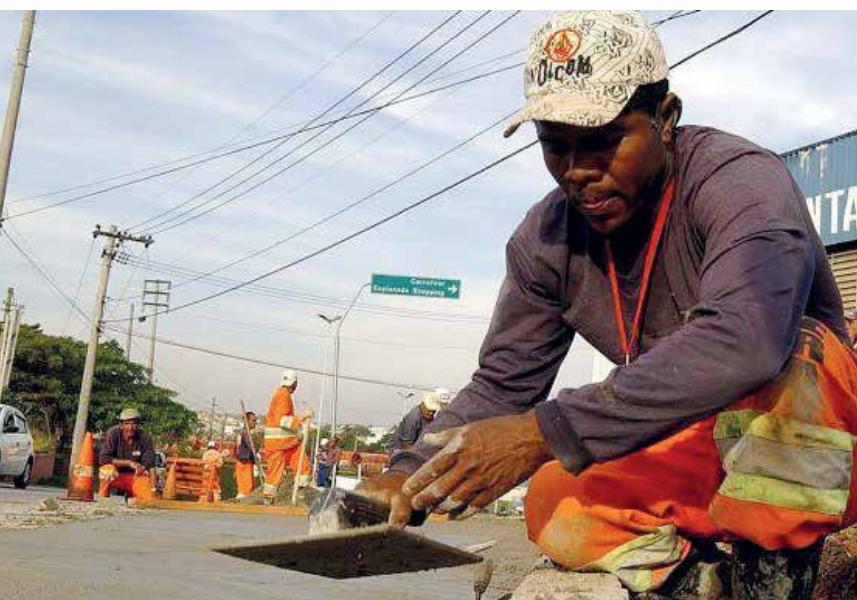
SINAL ANIMADOR A excelente participação da sociedade nos atos de domingo, convocados de última hora, contra o projeto da dosimetria e o aumento do feminicídio, entre outras bandeiras civilizatórias, revela condições objetivas favoráveis ao avanço da mobilização popular. As forças progressistas, especialmente o movimento sindical, precisam apostar mais em povo nas ruas. A hora é esta.

NA EXPECTATIVA Após a boa presença popular nos protestos em diversas cidades do Brasil, domingo, fica na sociedade a expectativa de conseguir impedir o avanço do projeto da dosimetria, que na prática significa impunidade para golpistas, como aconteceu em setembro passado, quando o povo nas ruas derrubou a PEC da bandidagem. A situação atual envolve interesses bem maiores.

COM DIPLOMACIA Queiram ou não os cães de guarda do império, a retirada do ministro Alexandre de Moraes, do STF, da Lei Magnitsky (EUA), uma grave violação à soberania nacional, representa, sem dúvida, vitória diplomática de Lula sobre Donald Trump. E, de contrapeso, um “sossega aiá” em Bolsonaro, nos bolsonaristas e em toda a súcia fascinazista. “Perderam, manés”, de novo.

PAGANDO PECADOS Juristas e demais operadores do Direito garantem que a renúncia não livra Carla Zambelli (PL-SP) da inelegibilidade porque dias antes da manobra, guiada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (PR-PB), a deputada já tinha tido o mandato cassado pelo STF. Mais uma vez ela quebra a cara. Quando fugiu, disse que na Itália não seria presa. Está na cadeia. A conta chegando.

IRRITANTE GOLPISMO “Eu inventei um termo, que tá pegando muito bem, que é: o Brasil vive em um estado de coisas golpista. Permanentemente nós estamos sem dormir porque sempre temos o problema e o perigo... um estado permanente de golpismo”. Análise do jurista Lenio Streck, que interpreta fielmente a realidade nacional, diante dos ataques da extrema direita à Constituição.



A política de juros do Brasil perpetua desigualdades socioeconômicas